

Profecias autorrealizáveis

Por **Murillo de Aragão** - 5 de junho de 2020



Foto: Jair Bolsonaro Isac Nóbrega/PR

Devemos ter muito cuidado com o fenômeno das profecias autorrealizáveis. A questão é séria. O termo foi criado pelo sociólogo americano Robert Merton e chegou à psicologia, onde o assunto foi objeto de estudo. O americano nascido na Alemanha Robert Rosenthal, ao descrever seus experimentos com estudantes sobre o tema, concluiu que “alguém profetiza um evento, e a expectativa (pela realização) do evento muda o comportamento de quem fez a profecia de tal modo que torna a profecia mais provável”.

Essa reflexão se justifica pelo fato, hoje corrente no Brasil, de que muitos que apoiam o governo Jair Bolsonaro se movem em torno da narrativa de que haverá uma ruptura institucional. Para uns, como reação a uma “derrubada” institucional que, segundo eles, viria do Supremo Tribunal Federal. Para outros, como uma ação preventiva a um possível golpe institucional. Baseadas em interpretações que reúnem evidências, suposições e delírios, tais narrativas amparam-se na tese do “não é possível que” o Judiciário não deseje o fim deste governo. Vamos aos fatos.

Em primeiro lugar, o governo Bolsonaro não é popular no mundo institucional porque adota uma narrativa anti-establishment, a qual, sem entrar no seu mérito, é bastante agressiva. Em segundo lugar, ao decidir por uma narrativa agressiva contra inimigos diversos — imprensa, Congresso Nacional, Supremo —, o governo desperta uma reação corporativista que vai além da questão que está sendo discutida. Como disse Newton, toda ação gera uma reação.

“Embora a hipótese de um golpe seja remota, devemos ter cuidado para que não alimente outros fenômenos”

Posto que o conflito está instalado mesmo que em bases frágeis, precisamos definir agora o que significaria “ruptura institucional”. Temos dois cenários básicos: um golpe militar contra o governo ou um autogolpe com

apoio militar. Contudo, nas atuais circunstâncias, ambos se apresentam altamente improváveis. Não há desejo nem interesse das Forças Armadas em atuar além dos limites constitucionais. Tampouco existe na sociedade força suficiente para promover uma ruptura. Isso porque a aprovação do governo, no momento, alcança quase 50% — entre “ótimo” e “regular” —, o que cria uma polarização equilibrada.

O que resultará dessa confusão? Embora a realização da profecia de que “podemos ter um golpe” seja remota, devemos ter cuidado para que ela não alimente outros fenômenos. Seja por parte dos que apoiam o governo, com a exacerbação anti-establishment e a ocorrência de atos de violência, seja por parte dos que são contra, que também podem partir para a violência, conforme vimos nas manifestações da Avenida Paulista no fim de semana passado.

No entanto, atos isolados de violência, de lado a lado, podem ser um cenário alternativo ruim e não devem ser descartados. Não devemos dar chance ao azar alimentando narrativas de confronto que podem estimular a violência e aumentar os riscos de uma grave instabilidade institucional.

Pessoas e instituições, em especial os poderes constituídos e a imprensa, precisam ter juízo e calma. As narrativas de ruptura devem ser realisticamente avaliadas e relativizadas sob a óptica de que não vão se realizar. Tampouco atendem ao interesse do país, em grave crise sanitária e econômica, e dos milhões de desempregados e economicamente vulneráveis.

Publicado em VEJA de 10 de junho de 2020, edição nº 2690

Compartilhe isso:



Murillo de Aragão

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UnICEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília. Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia, BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma, Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York). Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e autor do seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), ‘Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Máquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.

